CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 037/2025.40 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SIMÕES-PI, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA JACELIO NAIUTON HOLANDA CORDEIRO 33769753372 POR INTERMÉDIO DO SEU REPRESENTANTE LEGAL.

O Município de SIMÕES(PI), inscrito no CNPJ sob o nº 06.553.853/0001-37, sediado na Rua João Raimundo de Oliveira, s/n, Centro, CEP 64.585-000, nesta cidade de Simões, Estado do Piauí por intermédio do seu representante legal o Sr. Italo Magno Dantas Lopes de Carvalho, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.590.520 SSP/PI e do CPF 009.363.273-83, doravante designado CONTRATANTE, e a empresa **JACELIO NAIUTON HOLANDA CORDEIRO 33769753372**, com sede no Povoado Monte Santo, S/N, Zona Rural, CEP 64585-000, na cidade de Simões-PI, inscrita no CNPJ sob o nº 34.955.848/0001-96, neste ato representada pelo Sr. JACELIO NAIUTON HOLANDA CORDEIRO, portador do CPF 337.697.533-72, Sócio Administrador, doravante designado CONTRATADO, conforme atos constitutivos da empresa e/ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Pregão Eletrônico 021/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR. conforme quantitativos e marcas constantes do Relatório de Vencedores.

1.1 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.1.1 Termo de Referência;
1.1.2 O Edital da Licitação;
1.1.3 A Proposta do contratado;
1.1.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é até 19 de agosto de 2026, contado da assinatura contratual prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.1.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.3 A subcontratação depende de autorização prévia e por escrito do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.1.4 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.1.5 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 **O valor total da contratação é de R$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais) / Mês.**
5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e reajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice usado pela autoridade competente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo
Contratado;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
8.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.2 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.3 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 dias úteis.

8.4 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.5 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de
Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
9.3 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato e fazer a entrega do produto conforme termo de referência;

9.4 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.5 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.7 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.8 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.9 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.10 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.12 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.13 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. ADVERTÊNCIA, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021); ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021); III. MULTA:

1. Moratória de 5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 dias;
2. Compensatória de 40% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021) .

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do paga- mento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da

perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3 Indenizações e multas.

11.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/FUNDEB
PLANO: 12.361.5510.2024
ELEMENTO: 33.90.39
FONTE: 540 REC FEDERAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/FME
PLANO:
12.361.5518.2128
ELEMENTO: 33.90.39
FONTE: 500 REC PRÓPRIO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/FME
PLANO: 12.361.5518.2128
ELEMENTO: 33.90.39
FONTE: 599 REC FEDERAL

PLANO: 12 361.5518.2033
ELEMENTO: 33.90.39
FONTE: 553 REC FEDERAL

PLANO: 12.361.5510.2031
ELEMENTO: 33.90.39
FONTE: 550 REC FEDERAL

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, podendo ser reajustado de comum acordo percentual superior.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, exceto caso seja dispensável por força de lei, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

16.1 - O Sr. FRANCISCO DOGIZETE PEREIRA, CPF Nº 304.875.283-87, ocupante do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO, PORTARIA Nº 367/2025, é designado como Fiscal do Contrato para garantir o fiel cumprimento das disposições contratuais.

Parágrafo primeiro: O Fiscal do Contrato será responsável por:

- Monitorar a execução do contrato conforme os termos técnicos e administrativos estabelecidos.
- Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade ou desvio.
- Aprovar relatórios de execução dos serviços e/ou fornecimento dos bens.
- Autorizar alterações ou adaptações no escopo dos serviços, dentro dos limites legais e contratuais.

Parágrafo segundo: O Fiscal do Contrato possui autoridade para:

- Emitir notificações para correção de falhas ou irregularidades.
- Solicitar substituição de pessoal, equipamentos ou materiais inadequados.
- Recomendar a aplicação de penalidades conforme o descumprimento contratual.

Parágrafo terceiro: Em caso de ausência ou impedimento, um substituto será designado pelo mesmo órgão ou entidade, com comunicação escrita aos contratados. O Fiscal poderá solicitar colaboração de especialistas para assistência técnica.

Parágrafo quarto: O Fiscal não tem autoridade para alterar unilateralmente o contrato, exceto conforme permitido por este instrumento e dentro dos limites legais.

Parágrafo quinto: O Fiscal deve manter registros detalhados de suas observações e ações, apresentando relatórios periódicos à autoridade competente. Todas as comunicações oficiais devem ser realizadas por escrito.
Parágrafo sexto: O Fiscal deve agir conforme os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assegurando a ética e a transparência na fiscalização.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum de Simões – PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

SIMÕES - PI, 19 de agosto de 2025.

ITALO MAGNO DANTAS LOPES DE CARVALHO:00936327383
Assinado de forma digital por ITALO MAGNO DANTAS LOPES DE CARVALHO:00936327383
Dados: 2025.08.19 09:57:16 -03'00'

MUNICÍPIO DE SIMÕES
CONTRATANTE

JACELIO NAIUTON HOLANDA CORDEIRO:33769753372
Assinado de forma digital por JACELIO NAIUTON HOLANDA CORDEIRO:33769753372
Dados: 2025.08.19 09:45:05 -03'00'

JACELIO NAIUTON HOLANDA CORDEIRO 33769753372
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Id:01AB371C20B7C577

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES
RUA JOÃO RAIMUNDO DE OLIVEIRA S/Nº - CENTRO
SIMÕES – PIAUÍ
CNPJ Nº 06.553.853/0001-37

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES-PI
EXTRATO CONTRATO - REMANESCENTE

Pregão Eletrônico nº 021/2025. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Simões-PI. CONTRATADA: **JOSE CARLOS VELOSO 74267213453**, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 32.522.330/0001-33. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR. VALOR: R$ 10.080,00 / MÊS. RECURSOS: Orçamento Geral. ASSINATURA: 19/08/2025. VIGÊNCIA: 19/08/2026.

Simões (PI), 19 de agosto de 2025.

Prefeito Municipal

Id:151903B13E43C57A

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES
RUA JOÃO RAIMUNDO DE OLIVEIRA S/Nº - CENTRO
SIMÕES – PIAUÍ
CNPJ Nº 06.553.853/0001-37

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES-PI
EXTRATO CONTRATO - REMANESCENTE

Pregão Eletrônico nº 021/2025. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Simões-PI. CONTRATADA: **JACELIO NAIUTON HOLANDA CORDEIRO 33769753372**, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 34.955.848/0001-96. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR. VALOR: R$ 4.800,00 / MÊS. RECURSOS: Orçamento Geral. ASSINATURA: 19/08/2025. VIGÊNCIA: 19/08/2026.

Simões (PI), 19 de agosto de 2025.

Prefeito Municipal

Id:151903B13E43C572

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES
RUA JOÃO RAIMUNDO DE OLIVEIRA S/Nº - CENTRO
SIMÕES – PIAUÍ
CNPJ Nº 06.553.853/0001-37

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES-PI
EXTRATO CONTRATO - REMANESCENTE

Pregão Eletrônico nº 021/2025. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Simões-PI. CONTRATADA: **LUCAS DE ARAUJO REIS**, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 40.180.761/0001-97. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR. VALOR: R$ 5.506,00 / MÊS. RECURSOS: Orçamento Geral. ASSINATURA: 19/08/2025. VIGÊNCIA: 19/08/2026.

Simões (PI), 19 de agosto de 2025.

Prefeito Municipal

Id:0471C20CDBCBC294

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO SÍTIO
CNPJ: 01.612.588/0001-05
Avenida Mundim Ferreira S/N° Bairro Piçarra– CEP: 64.308-000, Lagoa do Sítio-PI
Fone: (89) 3467-1162 / 3467-1180, E-mail: pmlagoadositio@yahoo.com.br

LEILÃO
N.º 02/2025
Fls. _____

ATO DE ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Lagoa do Sítio, Estado do Piauí, Sr. José Sávio de Moura e Silva, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 71, inc. IV da Lei Federal n.º 14.133/2021, onde ressalta: "Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá" IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação. E, após verificar que o procedimento licitatório na modalidade LEILÃO n.º 02/2025, ocorreu dentro da normalidade cujo objeto tem por finalidade a alienação de bens móveis tipo: **Lote I** - 01(UMA) MÁQUINA TIPO RETROESCAVADEIRA JCB DO BRASIL, ANO DE FABRICAÇÃO 2012, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA 78 HP, CAÇAMBA FRONTAL DE 0,75M³, CAÇAMBA DA RETRO DE NO MÍNIMO 24 PELEGADAS, ESCAVAÇÃO NO MÍNIMO DE 4.900KG, cujo valor mínimo era de R$ 89.595,00 (oitenta e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais) e **Lote II** - 01(UM) CAMINHÃO BASCULANTE IVECO/TECTOR 260E28 DIESEL FAB 2012, MOD 2013, 280CV, EIXO 3, CMT 042.00 E PBT 023.00, cujo valor mínimo era de R$ 99.750,00 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta reais), onde após a realização do Leilão o Lote – I foi leiloado pelo valor de R$ 89.600,00 (oitenta e nove mil, e seiscentos reais), lance ofertado pela Sra. Luiza Aurimar Rocha Alves, e que o Lote – II foi leiloado pelo valor de R$ 99.850,00 (noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta reais), lance ofertado pelo Sr. Francisco Alves da Silva, e de conformidade com o Parecer Conclusivo da Assessoria Jurídica do Município.

R E S O L V E:

ADJUDICAR o resultado a que chegou o Leiloeiro, no que diz respeito ao Leilão dos bens acima especificados realizado no dia 28 de agosto de 2025, tendo sido arrematado pelos arrematantes acima mencionados, de conformidade com a Ata da Sessão Pública.

Lagoa do Sítio (PI), 29 de agosto de 2025.

JOSE SAVIO DE MOURA E SILVA:05850611304 Assinado de forma digital por JOSE SAVIO DE MOURA E SILVA:05850611304 Dados: 2025.08.29 09:33:07 -03'00'

José Sávio de Moura e Silva
Prefeito Municipal

Id:01AB371C20B7C296

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO SÍTIO
CNPJ: 01.612.588/0001-05
Avenida Mundim Ferreira S/N° Bairro Piçarra– CEP: 64.308-000, Lagoa do Sítio-PI
Fone: (89) 3467-1162 / 3467-1180, E-mail: pmlagoadositio@yahoo.com.br

LEILÃO
N.º 02/2025
Fls. _____

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Lagoa do Sítio, Estado do Piauí, Sr. José Sávio de Moura e Silva, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 71, inc. IV da Lei Federal n.º 14.133/2021, onde ressalta: "Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá" IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação. E, após verificar que o procedimento licitatório na modalidade LEILÃO n.º 02/2025, ocorreu dentro da normalidade cujo objeto tem por finalidade a alienação de bens móveis tipo: **Lote I** - 01(UMA) MÁQUINA TIPO RETROESCAVADEIRA JCB DO BRASIL, ANO DE FABRICAÇÃO 2012, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA 78 HP, CAÇAMBA FRONTAL DE 0,75M³, CAÇAMBA DA RETRO DE NO MÍNIMO 24 PELEGADAS, ESCAVAÇÃO NO MÍNIMO DE 4.900KG, cujo valor mínimo era de R$ 89.595,00 (oitenta e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais) e **Lote II** - 01(UM) CAMINHÃO BASCULANTE IVECO/TECTOR 260E28 DIESEL FAB 2012, MOD 2013, 280CV, EIXO 3, CMT 042.00 E PBT 023.00, cujo valor mínimo era de R$ 99.750,00 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta reais), onde após a realização do Leilão o Lote – I foi leiloado pelo valor de R$ 89.600,00 (oitenta e nove mil, e seiscentos reais), lance ofertado pela Sra. Luiza Aurimar Rocha Alves, e que o Lote – II foi leiloado pelo valor de R$ 99.850,00 (noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta reais), lance ofertado pelo Sr. Francisco Alves da Silva, e de conformidade com o Parecer Conclusivo da Assessoria Jurídica do Município.

R E S O L V E:

Concordar com o Leiloeiro e HOMOLOGAR o resultado a que chegou, no que diz respeito ao Leilão dos bens acima especificados realizado no dia 28 de agosto de 2025, tendo sido arrematado pelos arrematantes acima mencionados, de conformidade com a Ata da Sessão Pública.

Lagoa do Sítio (PI), 29 de agosto de 2025.

JOSE SAVIO DE MOURA E SILVA:05850611304 Assinado de forma digital por JOSE SAVIO DE MOURA E SILVA:05850611304 Dados: 2025.08.29 09:34:16 -03'00'

José Sávio de Moura e Silva
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 31/2025 - PMSP/PI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 01.7860/2025 - PMSP/PI.
OBJETO: Registro de Preços para o objeto: Contratação futura, eventual e de forma parcelada de empresa para a prestação de serviços de locação, montagem, manutenção e desmontagem de estrutura física e outros serviços para atender demandas do município de São Pedro do Piauí/PMSP/PI. TIPO: Menor preço, conforme define o inciso I do art. 33º da Lei Federal 14.133/21, rodadas de lances, julgamento menor preço por item e adjudicação por item. Data de Abertura da Sessão Pública: 19/09/2025. Horário: 08h00min Horas (Horário de Brasília). Data e Horário da Rodada de Lances: 19/09/2025 às 08h:30min. Data acolhimento das propostas: 04/09/2025 a 19/09/2025 até às 07h:59min. Local: https://portaldecompraspublicas.com.br. Modo de Disputa: Aberto.
Valor Estimado: R$ 3.151.135,28 (Três Milhões Cento e Cinquenta e Um Mil Cento e Trinta e Cinco Reais e Vinte e Oito Centavos). Pregoeiro e Equipe, conforme Portaria Nº 0322/2025. Fone: (86) 98174-7508. O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados na Avenida Presidente Vargas, 531 Bairro: Centro, São Pedro do Piauí/PI, no site do Tribunal de Constas do estado do Piauí - TCE. www.tce.pi.gov.br. No site: https://portaldecompraspublicas.com.br. INFORMAÇÕES: CPL - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI, na Avenida Presidente Vargas, 531 - Bairro: Centro, em São Pedro do Piauí/PI, CEP 64.430-000. E-mail: cpl.saopedrodopiaui2021@gmail.com.

São Pedro do Piauí-PI, 3 de setembro de 2025.
MARCOS FELIPE OLIVEIRA PESSOA
Pregoeiro/PMSP/PI

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº12/2025

Tipo: Menor Preço Global.
O Município de Simões, através do Agente de Contração, no uso de suas atribuições legais, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Administração, que há necessidade da contratação emergencial de prestação de serviço de perfuração, revestimento e limpeza de poço artesiano de 6 polegadas, para atender as necessidades da população de Simões/PI, com critério de julgamento. Fundamentação Legal: Lei Federal nº14.133/2021, Art. 75, inciso VIII. Data da sessão: 10/09/2025. Início do acolhimento: 04/09/2025 às 08:00 h até 10/09/2024 às 07:59h. Horário de abertura das propostas: 08h às 14h. Após cumpridos os 360 minutos, ou seja, 06h (seis horas) a partir da liberação. Local: www.novobbmnet.com.br. Valor Global Estimado: R$:407.635,00 (quatrocentos e sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais) Fonte de Recurso: Orçamento Geral. Mais informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal de Simões/PI, E-mail: cplsimoespi@gmail.com ou através do Tel:(89) 3456-1434. Simões/PI, 01/09/2025.

ELISVALDO JOSÉ DE BRITO
Agente de Contratação

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contratos Remanescente. Pregão Eletrônico nº21/2025. Contratante: Prefeitura de Simões. Contratada: Jacelio Naiuton Holanda Cordeiro 33769753372, empresa inscrita no CNPJ:34.955.848/0001-96. Objeto: Prestação de serviços de transporte escolar. Valor: R$ 4.800,00/mês. Recursos: Orçamento Geral. Assinatura:19/08/2025. Vigência:19/08/2026. Simões/PI, 19/08/2025. Prefeito

Pregão Eletrônico nº21/2025. Contratante: Prefeitura de Simões. Contratada: Antônio Manoel de Araujo 74744275400, empresa inscrita no CNPJ:43.480.660/0001-20. Objeto: Prestação de serviços de transporte escolar. Valor: R$ 7.803,40/mês. Recursos: Orçamento Geral. Assinatura:19/08/2025. Vigência:19/08/2026. Simões/PI, 19/08/2025. Prefeito

Pregão Eletrônico nº21/2025. Contratante: Prefeitura de Simões. Contratada: Jose Carlos Veloso 74267213453, empresa inscrita no CNPJ:32.522.330/0001-33. Objeto: Prestação de serviços de transporte escolar. Valor: R$ 10.080,00/mês. Recursos: Orçamento Geral. Assinatura:19/08/2025. Vigência:19/08/2026. Simões/PI, 19/08/2025. Prefeito

Pregão Eletrônico nº21/2025. Contratante: Prefeitura de Simões. Contratada: Hednaldo Jayuson Cordeiro de Holanda 45848149453, empresa inscrita no CNPJ:34.956.546/0001-32. Objeto: Prestação de serviços de transporte escolar. Valor: R$ 4.620,00/mês. Recursos: Orçamento Geral. Assinatura:19/08/2025. Vigência:19/08/2026. Simões/PI, 19/08/2025. Prefeito

Pregão Eletrônico nº21/2025. Contratante: Prefeitura de Simões. Contratada: Cícero Adenilson de Sousa Ribeiro 59270582, empresa inscrita no CNPJ:59.270.582/0001-79. Objeto: Prestação de serviços de transporte escolar. Valor: R$ 7.000,20/mês. Recursos: Orçamento Geral. Assinatura:19/08/2025. Vigência:19/08/2026. Simões/PI, 19/08/2025. Prefeito

Pregão Eletrônico nº21/2025. Contratante: Prefeitura de Simões. Contratada: Romao Joaquim de Carvalho Neto 95258787320, empresa inscrita no CNPJ:32.524.234/0001-24. Objeto: Prestação de serviços de transporte escolar. Valor: R$ 4.003,00/mês. Recursos: Orçamento Geral. Assinatura:19/08/2025. Vigência:19/08/2026. Simões/PI, 19/08/2025.Prefeito

Pregão Eletrônico nº21/2025. Contratante: Prefeitura de Simões. Contratada: Marcelo Carneiro Silva 02796420329, empresa inscrita no CNPJ:34.949.179/0001-40. Objeto: Prestação de serviços de transporte escolar. Valor: R$ 4.800,40/mês. Recursos: Orçamento Geral. Assinatura:19/08/2025. Vigência:19/08/2026. Simões/PI, 19/08/2025. Prefeito

Pregão Eletrônico nº21/2025. Contratante: Prefeitura de Simões. Contratada: Jeovan Jose de Morais 61222964309, empresa inscrita no CNPJ:32.563.385/0001-91. Objeto: Prestação de serviços de transporte escolar. Valor: R$ 4.542,00/mês. Recursos: Orçamento Geral. Assinatura:19/08/2025. Vigência:19/08/2026. Simões/PI, 19/08/2025. Prefeito

Pregão Eletrônico nº21/2025. Contratante: Prefeitura de Simões. Contratada: Lucas de Araujo Reis, empresa inscrita no CNPJ:40.180.761/0001-97. Objeto: Prestação de serviços de transporte escolar. Valor: R$ 5.506,00/mês. Recursos: Orçamento Geral. Assinatura:19/08/2025. Vigência:19/08/2026. Simões/PI,19/08/2025. Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2025 SRP - FMS/PMT

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 45.037119/2024-12
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM
LICITAÇÃO PARA COTA PRINCIPAL - COTA RESERVADA
CÓDIGO UASG- 927337
Objeto: Registro de Preços para aquisições de Colchões Pneumáticos. Modo de disputa: Aberto e Fechado. Disponibilidade do Edital: 04/09/2025 nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras, www.tce.pi.gov.br e/ou https://site.fms.pmt.pi.gov.br. Abertura e início da sessão de disputa de preços: às 09h:00min do dia 17/09/2025. Valor Total Anual Estimado R$ 93.720,00 (Noventa e três mil, setecentos e vinte reais). Referência de tempo: horário de Brasília. Informações: dcp.fms@pmt.pi.gov.br; Fone/Fax: (0xx86) 3228-8760/8761.

Teresina(PI), 27 de agosto de 2025.
IZAURA DO BOMFIM OLIVEIRA FERREIRA
Diretor(a) de Compras Públicas FMS/PMT

LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA
Presidente da FMS/PMT

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO MARTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO MARTINS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025 - PE

Processo: 00046/2025. Tipo: Formalização de Ata de Registro de Preços para futuras Aquisições Fracionadas de materiais de expediente para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Antônio Martins/RN. A sessão pública será realizada no site www.bbmnetlicitacoes.com.br. Entrega das Propostas: até 17/09/2025, às 09h29min. Data de abertura das Propostas: às 09h30min do dia 17/09/2025. Informações: www.antoniomartins.rn.gov.br, pmam.cpl@gmail.com e www.bbmnetlicitacoes.com.br.

Antônio Martins/RN, de 3 de setembro de 2025.
JOÃO PEDRO BEZERRA DE MESQUITA
Assistente Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DO ASSÚ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025 - SRP

REPUBLICAÇÃO
OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de alimentação escolar (merenda). Disponibilização do Edital: a partir da data de publicação deste extrato, na página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações: de segunda a sexta-feira, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. Data da Sessão Pública: 17/09/2025 às 09 horas.

Assú/RN, de 2 de setembro de 2025.
ANA EDERLINDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025

Processo ADM nº 02040001/2025
A Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por meio da Pregoeira, torna público que estará realizando Pregão Eletrônico, com sessão marcada para o dia 18/09/2025 às 08:01 do horário de Brasília, do tipo menor preço por itens, cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MOBÍLIA HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DO HOSPITAL E MATERNIDADE FRANCISCO BEZERRA SOBRINHO, DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN. Informações: Termo de Referência, Edital e seus Anexos. Demais especificações e detalhes encontram-se à disposição dos interessados no Portal: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Baraúna, 3 de setembro de 2025.
LIANA AMARAL DO VALE
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DOS BANHEIROS DA ESCOLA MUNICIPAL EVANILDO MARIANO DOS SANTOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00040/2025, nos termos do Art. 75, inciso I, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Conforme dotação vigente nos autos do processo. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2025. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas e: CT Nº 00168/2025 - 29.08.25 - DANTAS E FIGUEIREDO LTDA - CNPJ 27.083.541/0001-87 - R$ 98.733,65 (noventa e oito mil setecentos e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos).

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00040/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DOS BANHEIROS DA ESCOLA MUNICIPAL EVANILDO MARIANO DOS SANTOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso I, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação. RATIFICAÇÃO: Prefeito Constitucional, em 28/08/2025.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO
DISPENSA Nº DV00040/2025

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00040/2025, fundamentada no Art. 75, inciso I, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DOS BANHEIROS DA ESCOLA MUNICIPAL EVANILDO MARIANO DOS SANTOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: DANTAS E FIGUEIREDO LTDA - CNPJ: 27.083.541/0001-87 - R$ 98.733,65.

Jardim de Piranhas-RN, 28 de Agosto de 2025
ROGÉRIO SOARES
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 137/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2024
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 137/2024 que tem como objetivo a contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva para câmaras frias, Indrel e Elber, com reposição de peças, serviços contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra. Fornecedor: A G Chaves Junior - CNPJ: 12.096.176/0001-78 - Representante: Aristeu Gomes Chaves Junior; Vigência da Ata: 26/08/2025 a 25/08/2026. Macaíba/RN, 22 de agosto de 2025. Sâmara Bridget Monteiro de Figueirêdo. Secretária Municipal de Saúde